



26863279



08016.001893/2024-29



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

PERFIL DESEJAVEL PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR(A) DE INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA

DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do Cargo ou Função	DIRETOR(A) DE INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA
Nível do Cargo ou Função	FCE 1.15
Órgão de atuação	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência no âmbito da Secretaria;</li><li>• prestar apoio administrativo e técnico ao Secretário;</li><li>• obter, organizar, reunir, processar, difundir e armazenar, supervisionar as operações de inteligência e contrainteligência da Secretaria;</li><li>• conhecer e consolidar as análises regionais, submetendo-as à apreciação do Secretário;</li><li>• planejar, coordenar, integrar, orientar e supervisionar, como agência central, a inteligência penitenciária em âmbito nacional;</li></ul>

- subsidiar a definição do plano nacional de inteligência penitenciária e da atualização da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária e da sua forma de gestão, do uso dos recursos e das metas de trabalho;
- promover, com os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência, o intercâmbio de dados e conhecimentos necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais por parte da Secretaria;
- obter e analisar dados e informações sobre organizações criminosas;
- propor ações de capacitação relacionadas com a atividade de inteligência penitenciária;
- elaborar resenhas sobre fatos e situações de interesse da atividade de inteligência e encaminhá-las ao Secretário;
- acompanhar as ações de inteligência realizadas nas penitenciárias federais;
- subsidiar manifestação sobre a permanência da pessoa privada de liberdade no Sistema Penitenciário Federal;
- desenvolver, acompanhar, avaliar e apoiar projetos relacionados com a atividade de inteligência penitenciária;
- propor estudos e pesquisas para o aprimoramento das atividades de inteligência penitenciária e de enfrentamento do crime organizado;
- planejar, supervisionar e executar ações relativas à obtenção e à análise de dados para a produção de conhecimentos de inteligência penitenciária destinados ao assessoramento da Secretaria;
- acompanhar as atividades operacionais de inteligência de interesse da Diretoria executadas por outros órgãos do Ministério e por unidades federativas;
- fomentar a integração e a cooperação entre os órgãos de inteligência penitenciária das unidades federativas, em articulação com os órgãos integrantes do sistema de inteligência, em âmbito nacional e internacional;
- coordenar as ações de desenvolvimento e implementação do sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança, no âmbito da Secretaria;
- elaborar indicadores de qualidade e de garantia dos direitos na política penal, produzir diagnósticos e propor metodologias de monitoramento de gestão dos estabelecimentos de privação de liberdade, das políticas para pessoas egressas do sistema prisional e das políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica;
- promover a qualificação dos dados produzidos a partir dos sistemas informatizados da Secretaria;
- coordenar as estruturas de governança de dados no âmbito da Secretaria;
- promover a integração dos bancos de dados e informações sobre os sistemas penitenciários federal e dos entes federativos;
- desenvolver estudos e pesquisas aplicadas, por meios próprios ou em parceria com agentes públicos ou privados, sobre temas afetos às políticas penais;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• manter contatos com instituições congêneres, objetivando promover o intercâmbio de informações sobre a respectiva área de atuação;</li> <li>• consolidar banco de dados nacional com informações sobre custos prisionais que contemplem os sistemas penitenciários federal e estaduais;</li> <li>• coordenar e orientar a prática da gestão do conhecimento através da estruturação e padronização dos fluxos e processos de trabalho e dos registros das ações atinentes à Secretaria; e</li> <li>• planejar, coordenar e monitorar estratégias de cooperação com as unidades federativas, conforme plano nacional de serviços penais,</li> <li>• Capacidade de liderança de equipe e Gestão de Pessoas.</li> </ul>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b>	O objetivo da Diretoria de Inteligência Penitenciária é coordenar atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito da SENAPPEN, atuando de forma integrada com as demais forças de segurança. A Equipe é composta por 02 (duas) coordenações gerais, 04 (quatro) coordenações técnicas e suas respectivas estruturas.
<b>DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS</b>	
<b>Critérios Gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019);</li> <li>• Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais);</li> <li>• Art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal;</li> <li>• Art. 31 a 37 do Decreto nº 11.348, de 1º de Janeiro de 2023 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança).</li> <li>• Portaria 199, de 09 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno da SENAPPEN), e</li> <li>• Portaria 1411, de 25 de novembro de 2021 (Delega e subdelega competências aos dirigentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, e dá outras providências).</li> <li>• Em conformidade com o Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, para ocupar este cargo é necessário comprovar um dos critérios:</li> <li>• <b>Gerais:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. idoneidade moral e reputação ilibada;</li> <li>2. perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado, e</li> </ol> </li> </ul>

	3. não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.
<b>Critérios específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</li><li>• ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</li><li>• possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função, ou</li><li>• ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</li></ul>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
<b>Formação e Experiência Desejáveis</b>	<p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Formação acadêmica compatível com o cargo, realizada em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, preferencialmente, em uma das seguintes áreas: em Direito ou Tecnologia.</li><li>• Especializações voltadas para a área de Segurança Pública ou Tecnologia; e</li><li>• Ser, preferencialmente, servidor de carreira da Secretaria Nacional de Políticas Penais.</li></ul> <p><b>Experiência:</b></p> <p>Possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em uma das seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• atuação em atividades de tecnologia e informação;</li><li>• atuação em atividades de inteligência Penal;</li><li>• atuação em atividades de contrainteligência Penal,</li><li>• ter realizado ações de desenvolvimento de liderança na SENAPPEN.</li></ul>
<b>Competências Desejáveis</b>	<p><b>Gerenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Liderança e Gestão de Equipes;</li><li>• Negociação;</li><li>• Resiliência;</li><li>• Resolução de Problemas;</li><li>• Comunicação;</li></ul>

- Relacionamento Interpessoal; e
- Inovação e Gestão da Mudança.

**Competências Técnicas**

- Capacidade de obter, organizar, reunir, processar, difundir e armazenar dados e informações de inteligência e contra inteligência penitenciária;
- Conhecimento e consolidação de análises regionais;
- Acompanhamento das ações de inteligência realizadas nas penitenciárias federais;
- Elaboração de pareceres acerca de fatos e situações de interesse da atividade de inteligência;
- Capacidade de subsidiar manifestação sobre a permanência da pessoa privada de liberdade no Sistema Penitenciário Federal;
- Aptidão em gestão e administração;
- Capacidade de obtenção e análise de dados e informações sobre organizações criminosas;
- Manutenção de contatos com instituições congêneres, objetivando promover o intercâmbio de informações sobre a respectiva área de atuação;
- Governança em estudos de políticas públicas;
- Comunicação Institucional;
- Planejamento de Ações;
- Promoção da Inovação e Pesquisa tecnológica; e
- Elaboração de proposições normativas e legais.

**Outros Requisitos Desejáveis**

- Cursos na temática de atuação da SENAPPEN;
- Experiência em áreas meio que possam auxiliar no desenvolvimento das atividades no setor público, bem como experiência em áreas finalísticas relacionadas aos programas e ações de competência da SENAPPEN;
- Conhecimento dos programas e ações de competência da SENAPPEN;
- Conhecimento do ordenamento jurídico pertinente à atuação da SENAPPEN; e
- Conhecimento e/ou prática em atividades de planejamento.